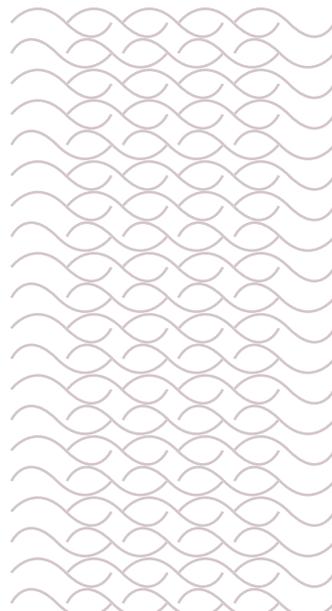
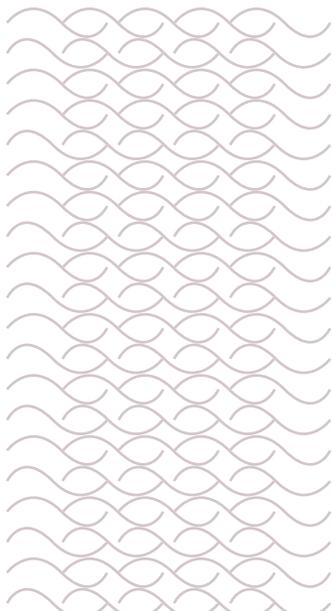


DOSSIÊ



O Net-ativismo e as dimensões ecológicas da ação nas redes digitais

Net-activism and the ecological dimensions of action in digital networks

Net-activismo y las dimensiones ecológicas de la acción en redes digitales

Massimo Di Felice

Centro de Pesquisa Internacional Atopos – Universidade de São Paulo – USP

<massimo@usp.br>

Resumo

Nas últimas décadas, com o desenvolvimento de tecnologias digitais móveis, formas de conexão wi-fi, internet das coisas e sistemas informativos geográficos, assistimos no mundo inteiro a novas formas de participação e de interação que se estenderam para além dos dispositivos, dos dados, também dos objetos e das biodiversidades, expressando uma nova cultura ecológica. Nesta última, a ideia de social abre-se a uma perspectiva hipercomplexa (E. Morin) que descreve as extensões de agregações pós-urbanas, as quais expandem o social para além das fronteiras da sociedade, assim como interpretada pelo pensamento das ciências sociais modernas.

O movimento ecológico global dos adolescentes inspirados em Greta Thunberg, as revoltas no Chile, na Coreia, o movimento dos coletes amarelos na França, assim como a difusão de registros públicos validados colaborativamente, os Blockchain, são a expressão de uma nova ecologia da ação que conecta entidades diversas, dados, pessoas e dispositivos conectados.

Abstract

In recent decades, with the development of mobile digital technologies, forms of wi-fi connection, the Internet of Things and geographic information systems, we have witnessed new forms of participation and interaction around the world that have spread beyond devices, data, also of objects and biodiversity, expressing a new ecological culture. In the latter, the idea of social opens up a hypercomplex perspective (E. Morin) that describes the extensions of post-urban aggregations, which expand the social beyond the boundaries of society, as interpreted by the thought of modern social sciences.

The global ecological movement of teenagers inspired by Greta Thunberg, the riots in Chile, Korea, the yellow collar movement in France, as well as the dissemination of collaboratively validated public records, the Blockchain, are the expression of a new ecology of action that connects various entities, data, people, and connected devices.

Resumen

En las últimas décadas, con el desarrollo de tecnologías digitales móviles, formas de conexión wi-fi, Internet de las cosas y sistemas de información geográfica, hemos sido testigos de nuevas formas de participación e interacción en todo el mundo que se han extendido más allá de los dispositivos, los datos, también de objetos y biodiversidad, expresando una nueva cultura ecológica. En este último, la idea de lo social abre una perspectiva hipercompleja (E. Morin) que describe las extensiones de las agregaciones posturbanas, que expanden lo social más allá de los límites de la sociedad, como lo interpreta el pensamiento de las ciencias sociales modernas.

El movimiento ecológico mundial de adolescentes inspirados por Greta Thunberg, los disturbios en Chile, Corea, el movimiento de cuello amarillo en Francia, así como la difusión de registros públicos validados en colaboración, Blockchain, son la expresión de una nueva ecología de acción que conecta varias entidades, datos, personas y dispositivos conectados.

As redes digitais, ao redefinir e complexificar nossa condição habitativa, tornam necessário repensar a ideia de social, assim como a própria ideia de ação, a partir da redinifinição para além dos significados antropomórficos.

Palavras-chave: Net-ativismo. Nova ecologia. Redes digitais.

Digital networks, in redefining our housing condition, make it necessary to rethink the idea of social, as well as the very idea of action, from the redefinition beyond the anthropomorphic meanings.

Keywords: Net-activism. New ecology. Digital networks.

Las redes digitales, al redefinir nuestra condición de vivienda, hacen necesario repensar la idea de lo social, así como la idea misma de la acción, desde la redefinición más allá de los significados antropomórficos.

Palabras-clave: Activismo en red. Nueva ecología. Redes digitales.

Os significados da crise da ideia sociológica do social

Prestes a partir para uma expedição militar, vestidos com suas armaduras e reunidos numa cerimônia, os soldados atenienses recebiam em forma solene a seguinte invocação “*por onde irão, serão pólis!*”. Portadores dos valores da democracia, os antigos guerreiros gregos foram os pioneiros inconscientes daquele processo milenar que levou o Ocidente a exportar para o mundo seus modelos sociais, seus valores, seus deuses, atravessando mares, vencendo distâncias e conquistando povos e terras, mas sem jamais encontrar alguém.

—

Um processo unidirecional que, hoje, depois da crise de todos os tipos de colonialismo, assume nitidamente as características da crise de um processo histórico: o da expansão do Ocidente e de sua estrutura epistêmica totalitária.

—

Um processo unidirecional que, hoje, depois da crise de todos os tipos de colonialismo, assume nitidamente as características da crise de um processo histórico: o da expansão do Ocidente e de sua estrutura epistêmica totalitária. Surgida no âmbito industrial e no contexto positivista europeu, a sociologia herdou a forma sistêmica e estruturalista que, alinhada com a vocação do pensamento ocidental, exportou para o mundo uma forma específica de interpretar o social, dando às suas categorias e aos seus conceitos uma dimensão planetária e fazendo de categorias particulares, enquanto geograficamente e culturalmente elaboradas, conceitos-orientadores universais.

De um lado, a crise do método unitário nas ciências exatas, no começo do século XX, que repercutiu nas ciências sociais enfraquecendo as pretensões de objetividade de seus estudos; de outro, a crise do sistema industrial e o advento das formas digitais e conectivas que desenvolveram arquiteturas reticulares de interações: ambas contribuíram para a necessidade do desenvolvimento de um tipo diverso de abordagem do social, evidenciando, ao mesmo tempo, os limites dos próprios pressupostos da particular concepção de sociedade produzida em plena época industrial pelas ciências sociais clássicas. Os elementos de tais crises são hoje evidentes e tornam necessárias a assunção e a reflexão a respeito de suas qualidades. A especificidade do modelo de social, inspirado nas categorias e nos conceitos elaborados pela sociologia industrial europeia, embora seja possível contemplar também

De um lado, a crise do método unitário nas ciências exatas, no começo do século XX, que repercutiu nas ciências sociais enfraquecendo as pretensões de objetividade de seus estudos; de outro, a crise do sistema industrial e o advento das formas digitais e conectivas que desenvolveram arquiteturas reticulares de interações: ambas contribuíram para a necessidade do desenvolvimento de um tipo diverso de abordagem do social, evidenciando, ao mesmo tempo, os limites dos próprios pressupostos da particular concepção de sociedade produzida em plena época industrial pelas ciências sociais clássicas. Os elementos de tais crises são hoje evidentes e tornam necessárias a assunção e a reflexão a respeito de suas qualidades. A especificidade do modelo de social, inspirado nas categorias e nos conceitos elaborados pela sociologia industrial europeia, embora seja possível contemplar também

em tal modelo as principais escolas da sociologia norte-americana, funda-se sobre alguns pressupostos e características principais: (a) em primeiro lugar, a própria forma “urbana” do social que limitou a dimensão ecológica do mesmo ao espaço da cidadania e que entendeu a cidade e as arquiteturas urbanas como os espaços principais de seu desenvolvimento; (b) em segundo lugar, a concepção antropocêntrica da dimensão do social, elemento fundante da tradição ocidental que influenciou a ideia de um social circunscrito aos humanos e interdito aos demais atores (animais, vegetais, tecnologias, minerais e elementos da natureza em geral); (c) a conseqüente incapacidade de entender o significativo qualitativo do papel da tecnologia e da comunicação no interior dos processos de formação e de transformação do convívio das coletividades; e (d) enfim, a delimitação da ação social e de sua abrangência às atividades dos sujeitos-atores.

A) Da experiência da *pólis* até o Iluminismo, a tradição europeia limitou o conceito de sociedade às atividades dos indivíduos, tornando o mundo ao redor objeto, matéria-prima e recurso para o alcance de suas finalidades. A delimitação da ideia de social à cidade, própria da sociologia europeia e inspirada na concepção humanista ocidental, contribuiu para a construção ideal de uma hierarquia que indicava como estrangeiras, arcaicas e subdesenvolvidas todas as realidades “extramuros”, criando assim uma contraposição conceptual inapropriada e simplificadora que opunha o campo à cidade, o arcaico ao moderno, a tradição à inovação, o subdesenvolvido ao desenvolvido etc.

O espaço urbano tornou-se o habitat principal da sociedade industrial, enquanto espaço dominado e ordenado pelo contrato social, o cenário e o palco privilegiados do convívio dos humanos: “Imerso no contrato exclusivamente social, o homem político subscreve-o, reescreve-o e fá-lo observar até hoje, unicamente como perito de relações públicas e ciências sociais [...]. Nenhum dos seus discursos falava do mundo, ocupando-se indefinidamente dos homens” (SERRES, 1990, p. 55). Além de exportar uma concepção política e um modelo de humano, a cultura ocidental exportou para fora da Europa uma ecologia social, urbana e dialética, que separava o humano do mundo e do meio ambiente. Ao exportar essa ecologia urbana do social, a perspectiva sociológica europeia ergueu uma divisão entre o espaço humano e o espaço da natureza gerando, assim, uma ecologia antropomórfica na qual: “A natureza reduz-se à natureza humana que, por sua vez, se reduz à história ou à razão. O mundo desapareceu. O direito natural moderno distingue-se do clássico por essa anulação [...]. Com o contrato social, ele ignora e passa em silêncio o mundo, que nos apenas conhecemos porque o temos dominado” (SERRES, 1990, p. 59).

B) Este processo de dominação do sujeito sobre o mundo que, de fato, marca toda a história do Ocidente, é apontado por Martin Heidegger como o produto da metafísica ocidental, responsável pela construção de ontologias abstratas e não relacionais. Na época industrial, com a difusão das sociedades a contrato, as ciências sociais herdaram, no contexto europeu, a mesma ontologia metafísica humanista que fundamentou o estudo de um social composto apenas pelos humanos, suas instituições e suas finalidades. Com exceção de pouquíssimos autores, que buscaram complexificar o estudo da sociedade estendendo a dimensão do social ao âmbito das ciências biológicas, como Gabriel Tarde, os pressu-

postos epistêmicos das ciências sociais permanecerão circunscritos ao âmbito humanista, ou seja, ao âmbito da narrativa europeia sobre o humano, helênica antes, cristã depois e iluminista-racional nos séculos XVIII e XIX. Baseadas no pressuposto do mito do antropocentrismo, conforme explicado por Roberto Marchesini (2002) como um paradigma sustentado por três coordenadas: “I. a pretensão de uma autofundação do homem na escalada antro-poietica; II. a consideração do homem como entidade de medida e concepção do mundo; III. o pré-conceito de uma pureza essencialista na avaliação da relação homem-tecnologia” (MARCHESINI, 2002, p. 164), as ciências sociais construíram suas teorias

O advento das redes digitais passou a manifestar a necessidade de uma reflexão maior que pudesse considerar o advento de um social tecnológico e interativo, baseado não mais em formas de comunicação analógicas, mas derivado das mediações entre sujeitos, grupos, empresas e instituições e meios de comunicações.

sobre o social a partir do pressuposto epistêmico da independência e da supremacia do humano sobre a técnica e a natureza.

C) Os limites das interpretações e das narrativas sociológicas sobre o social são hoje mais evidentes que no passado. Tal visibilidade se deve ao incremento do protagonismo dos objetos que as tecnologias digitais, através da possibilidade de conexão e de interação entre circuitos informativos e ecossistemas transorgânicos, contribuíram para implementar, alterando as características ecológicas dos convívios coletivos, tornando mais visíveis a participação e a contribuição dos não humanos na construção do social, e das agregações coletivas. A dimensão agregativa do nosso convívio é hoje visivelmente mais complexa. Esse aspecto nos obriga ao desenvolvimento de uma nova teoria capaz de expandir a dimensão do social tanto aos elementos tecnológicos e inorgânicos, como àqueles orgânicos e a todos os que compõem a biosfera. A passagem da sociologia para as ciências das associações (B. Latour, M. Calon, J. Law) comporta, também, a assunção de uma epistemologia reticular que descreva os processos agregativos não a partir

de um determinismo analógico e sistêmico, ou seja, como a soma do conjunto de relações comunicativas entre os diversos aparatos de um mesmo sistema, mas como as dimensões conectivas e emergentes de um novo tipo de complexidade. Pensar a forma rede significa assumir uma importante transformação epistêmica que marca a passagem de uma lógica de complexidade estrutural-sistêmica para uma lógica reticular, hologramática (E. Morin) e conectiva.

É nessa perspectiva que a dimensão relacional e comunicativa assume a dimensão da “*forma formantis*”, proposta por Maffesoli (2010), isto é, a dimensão que explicita o poder criador da conexão que contrariamente à dimensão estrutural funcionalista, própria da tradição sociologia norte-americana (T. Parsons), descreve o imprevisível processo de

construção das agregações reticulares. O social deixa, assim, de ser para tornar-se evento, acontecimento comunicativo, único e assistêmico. A esfera comunicativa, nesta perspectiva, não pode ser mais pensada apenas como mídia, isto é, como o conjunto de meio e instrumentos de repasse de fluxos de informações. A comunicação deixa também de ser o elo entre os atores para se tornar forma constituidora. A partir dessa concepção é necessário ressaltar que de nada servem as interpretações e os estudos sociológicos sobre a mídia desenvolvidos em contextos industriais para entender a complexidade do papel da comunicação que se desenvolve em contextos de rede de redes. Estas remetem, provavelmente, a uma alteração do mesmo estatuto do social e não a um novo tipo de mecanicismo instrumental-comunicativo. Ter reduzido o papel social da técnica e da comunicação à sua dimensão mecanicista, que limitava sua contribuição para o desenvolvimento do social à sua função, limitou a possibilidade de compreensão e de análise das teorias sociológicas sobre as sociedades pós-industriais e as complexas e transorgânicas ecologias agregativas contemporâneas.

D) A assunção acrítica da concepção sistêmica que expressou a supremacia da estrutura sobre a forma e que impediu o pensamento sociológico de enxergar os elementos informativos e tecnocomunicativos da situação social acabou limitando a análise da mesma situação social circunscrita, desde Erving Goffman, à perspectiva físico-arquitetônica que a aprisionou na antinomia público-privado. Excluindo o elemento formante e agregador dos fluxos informativos, a representação sociológica do social conseguiu narrar apenas uma parte da complexidade do conjunto de relações, perdendo, assim, o dinamismo ecológico das agregações e não conseguindo avançar na direção de uma teoria ecossistêmica do ato que reunisse os diversos atores, humanos e não, envolvidos no agir.

A crise do imaginário da sociologia europeia sobre o social, decorrente da crise do imaginário industrial e da crise do imaginário positivista-sistêmico, nos abre a uma perspectiva para os estudiosos do setor tão complexa quanto sedutora, que remete à necessidade de repensar o estatuto do social.

O comunitarismo digital

As nossas sociedades estão marcadas por um importante processo de transformação, uma mudança que diz respeito não apenas às suas relações internas, mas ao seu sentido profundo, ou seja, ao sentido que define a própria natureza e a qualidade do estatuto do social. O advento das redes digitais passou a manifestar a necessidade de uma reflexão maior que pudesse considerar o advento de um social tecnológico e interativo, baseado não mais em formas de comunicação analógicas, mas derivado das mediações entre sujeitos, grupos, empresas e instituições e meios de comunicações, reunido em redes de coletivos humanos, dispositivos e banco de dados (Big Data). Nessa nova conformação, possibilitada pelo aparecimento de novas formas comunicativas com a introdução de tecnologias de transmissão por cabo, fibras óticas, wi-fi, satélites, ondas-rádio RFID (*Radio frequency identification*) etc., que permitem o acesso em tempo real a uma quantidade infinita de informações e a conexão

de um amplo ecossistema de atores, o social perde a possibilidade de ser narrado como um sistema, definido e composto por partes e identidade distintas. Este se torna a forma de suas conexões e o resultado estendido de sua distribuição de informações e interações que não se articulam segundo a sequência informativa analógica: emissor-mensagem-meio-receptor. A rede planetária da internet passa a possibilitar a circulação instantânea de informações através de formas de comunicação reticulares não direcionais, não representáveis por fluxos informativos geométricos em direção ao externo.

O advento de um comunitarismo em rede baseado em forma de comunicações reticulares e interativas e, portanto, pós-analógicas, nos obriga a pensar em um social pós-estruturalista, em que os distintos setores, os diversos grupos, as instituições, as empresas passam a se sobrepor e a reinventar-se através da contínua interação e conexão.

A tecnologia – enquanto interface, interatividade e agenciamento – deixa de ser “extensão dos sentidos” para se tornar interna, uma sociabilidade habitável. O resultado do surgimento desse novo social interativo e ilimitado questiona as ciências sociais, não somente em nível de técnica de pesquisa que busque alcançar ao lado do social tradicional as suas novas expressões virtuais, mas, sobretudo, em nível de categorias, paradigmas e conceitos. É necessário definir e, portanto, delimitar um social em rede? Que tipo de comunidade e que tipo de comum são os que habitamos em contextos conectados e reticulares?

O advento de um comunitarismo em rede baseado em forma de comunicações reticulares e interativas e, portanto, pós-analógicas, nos obriga a pensar em um social pós-estruturalista, em que os distintos setores, os diversos grupos, as instituições, as empresas passam a se sobrepor e a reinventar-se através das contínuas interação e conexão. Um comum dinâmico e em contínuo devir, algo diferente da estrutura de um organismo fechado e delimitado feito de um conjunto de órgãos separados e interagentes, um comum aberto e híbrido, perante o qual é necessário repensar a própria ideia de laços sociais.

No interior dos estudos sobre *social network* e laços sociais, podemos identificar diversas abordagens principais que apresentaremos sinteticamente em seguida. A primeira é a que pensa o comunitarismo através das suas dimensões operacionais, introduzindo uma concepção pragmática e simplificada que reduz a comunidade e o comum nos contextos digitais à sua própria aritmética, isto é, à simples contagem descritiva de *links* e laços que se produzem numa rede. Faz parte deste primeiro grupo a abordagem matemática de Albert L. Barabási (2002) que, de uma perspectiva quantitativa e matemática, direciona os seus estudos na descrição das relações desenvolvidas numa rede por meio da contagem dos *links* desenvolvidos entre seus membros. Sempre neste primeiro grupo, podemos contemplar também a perspectiva dos estudos desenvolvidos por Mark Granovetter, que parte de

uma ideia de interação social definida como a construção de relacionamentos e laços entre membros de uma rede. Numa perspectiva sociológica o autor se propõe a definir as diversas formas de relações reticulares a partir de uma análise comparativa das intensidades de suas interações. Granovetter, em sua obra *The strength of weak ties*, de 1973, salienta que os laços sociais têm uma intensidade de força que depende da “combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam um laço”.

Para Granovetter (1973), os laços fortes se caracterizam pela intensidade de intimidade, aproximação e intenção em desenvolver uma conexão entre pelo menos dois atores sociais, onde se estabelece um relacionamento com maior potencial para a realização de trocas sociais. Os laços fracos se caracterizam por relações mais diluídas, sendo mais abrangentes e menos profundas, o que leva a trocas sociais mais difusas e menos íntimas. No entanto, os laços fracos são essenciais na estruturação das redes sociais, pois são eles que conectam os blocos de grupos compostos por laços fortes.

Assim, ao analisar um grafo, é possível detectar se este é composto por laços assimétricos, onde existem diferentes níveis de forças de laços entre os atores, e simétricos, onde se detecta uma participação mais homogênea dos atores na rede. Na grande maioria das redes, se detecta a caracterização de laços multiplexos, onde se encontram diversos tipos de relações sociais, tanto de laços fortes como de laços fracos. (DI FELICE; CUTOLO; YANAZE, 2012).

Nesta mesma direção, os estudos sociológicos de redes sociais desenvolvem a ideia de descrições relacionais de reputação e poder nas próprias redes, como aquelas ligadas ao conceito de capital social.

O conceito de capital social está ligado aos valores inerentes a uma rede social que determina os comportamentos aceitáveis e congratulados nessa mesma rede. Tais valores perpassam as virtudes cívicas, morais e relacionais. [...]. No caso específico das redes sociais na internet, os valores do capital social estão diretamente relacionados às questões relacionais (construção de relacionamentos), normativas (desenvolvimento de códigos de condutas), cognitivas (disseminação de informação e elaboração de conhecimento), confiança no ambiente social (meritocracia), institucionais (autoridade e auto-organização). (DI FELICE; CUTOLO; YANAZE, 2012).

Uma segunda perspectiva no âmbito dos estudos sobre o comum e a comunidade em redes é aquela que pensa a extensão tecnológica do comunitarismo como uma destruição dos laços comunitários originários e os contextos reticulares como a crise ou próprio desaparecimento de um estágio originário, mais real e autêntico. Alinhados a esta perspectiva encontram-se diversos autores, com destaque o estudo recente e amplamente divulgado de Sherry Turkle, de significativo título “Alone Together” (2011), no qual se

descreve a dimensão digital dos relacionamentos como uma perda da complexidade das interações humanas:

Human relationships are rich and they're messy and they're demanding. And we clean them up with technology. Texting, email, posting, all of these things let us present the self as we want to be. We get to edit, and that means we get to delete, and that means we get to retouch, the face, the voice, the flesh, the body – not too little, not too much, just right. (TURKLE, 2011).

Para definir o *networked individualism* usamos a expressão "sistema operativo", pois este descreve a maneira como as pessoas se conectam entre si, a maneira como se comunicam e trocam informações.

Uma terceira interpretação do comunitarismo digital refere-se a um tipo de comunitarismo conectado que torna possíveis laços e interações a partir da troca semântica de significados e conteúdos. Essa concepção próxima da ideia de inteligência coletiva desenvolvida pelo filósofo Pierre Lévy exprime a ideia de um comunitarismo conceitual que agrega indivíduos em redes a partir de compartilhamentos de conteúdos e interesses encontrados e compartilhados digitalmente:

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato. (LÉVY, 1933).

Uma quarta linha de estudos é aquela que pensa o comunitarismo digital como a extensão ou a amplificação do comunitarismo e dos laços presenciais que encontrariam, nos *social network* e nas redes digitais, sua maior realização e sua maior eficiência, fazendo das redes um novo sistema operativo social. É esta a contribuição oferecida por Barry Wellman e Lee Rainie que em seu livro *Networked: the new social operating system*, abordam a questão diretamente:

A evidência mostra que nenhuma destas tecnologias é um sistema fechado, capaz de isolar as pessoas. As tecnologias de hoje são mais integradas na vida social de quanto não o eram as tecnologias precedentes. As pessoas não estão ligadas aos gadgets, estão ligadas umas com as outras. [...] No momento no qual incorporaram as tecnologias, as pessoas

mudaram a forma de se comunicar entre elas. Tornaram-se cada vez mais conectadas [*networked*] enquanto singulares indivíduos, mais que integrantes de grupos. (RAINIE; WELLLMAN, 2012).

O livro propõe uma leitura do comunitarismo contemporâneo segundo a sua dimensão conectiva que supera as dimensões presenciais e que expande o comum e a reciprocidade para um nível estendido à dimensão das redes informativas. No primeiro capítulo, os autores narram a história dramática de um casal de Portland (EUA), Peter e Trudy, que, após um trágico acidente, difunde suas histórias nas redes sociais digitais. A esposa de Peter havia entrado em um profundo estado de coma, e as imagens dela no hospital, uma vez divulgadas na rede, despertaram o conforto e a solidariedade de pessoas de diversas cidades dos Estados Unidos. Havia quem escrevesse uma mensagem de conforto, quem fazia orações, quem oferecia apoio. Em pouco tempo, Peter recebeu ajuda de todos os tipos, de conselhos de profissionais sobre como enfrentar corretamente a burocracia dos trâmites do seguro a conselhos médicos de especialistas. Para os dois autores, este caso, como muito outros, é o exemplo do advento de um novo tipo de comunitarismo, cujas características seriam consequência do surgimento de um “novo sistema operativo social”: o modo como Peter e Trudy usaram as redes sociais não é somente uma história tocante. É também a história de um novo sistema operativo social que definimos como “*networked individualism*”, contrapondo ao mesmo o sistema operativo precedente, formado em torno de amplas burocracias hierárquicas e de pequenos grupos fortemente interconexos, como os núcleos familiares, as comunidades e os grupos de trabalhos. Para definir o *networked individualism* usamos a expressão “sistema operativo”, pois descreve a maneira como as pessoas se conectam entre si, a maneira como se comunicam e trocam informações. Utilizamos esta definição também porque sublinha o fato de que as sociedades – como os sistemas informáticos – possuem estruturas baseadas sobre *networks*, que oferecem oportunidades e vínculos, normas e procedimentos (RAINIE; WELLLMAN, 2012).

Uma quinta linha de análise sobre o comunitarismo em rede é aquela ligada à ideia que o define como uma nova dimensão agregativa que expressa outro tipo social, um social não mais limitado apenas ao humano, um “supersocial”, composto por membros de diversas naturezas. Podemos incluir nesta linha a ideia de comunitarismo dinâmico e em rede a microassociações propostas por Bruno Latour, cujo ponto de partida é a questão sobre a composição do social: “Quando falamos do social, quanto somos? Quem somos?” (LATOURE, 2012). Para o Latour, a sociedade não pode ser definida – senão de forma metafísica, isto é, através de conceitos e categorias abstratos – como proposto pela sociologia, mas apenas observada em sua dimensão microagregativa no momento de seu acontecer. Inspirado na microsociologia de Gabriel Tarde, o sociólogo francês pensa de um lado na composição desse novo tipo de agregado comunitário e, do outro, na maneira como estudá-lo. Em relação ao primeiro aspecto, Latour procura descrever os agregados em redes a partir de sua dimensão emergente que os vê compostos pela interação entre diversos “actantes” (seja humano ou não, qualquer elemento que deixa rastro). Como já observado anteriormente,

as características de tais interações não são o resultado de uma estratégia do sujeito, num contexto reticular; ao contrário, o “ator é aquilo que muitos outros levam a agir... O ator na expressão hifenizada Ator-Rede não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que examinam em sua direção...” (LATOURE, 2012).

Tal concepção pensa o ator numa perspectiva complexa, como o membro de uma complexidade que o supera e da qual depende:

Empregar a palavra ator significa que jamais fica claro quem ou o quê está atuando quando as pessoas atuam, pois o ator, no palco, nunca está sozinho ao atuar... por definição a ação é deslocada. A ação é tomada de empréstimo, distribuída, sugerida, influenciada, traída, dominada, traduzida. Se se diz que um ator é um Ator-Rede, é em primeiro lugar para esclarecer que ele representa a principal fonte de incerteza quanto à origem da ação. (LATOURE, 2012).

O que marca a teoria do Ator-Rede é a abertura para uma dimensão complexa que coloca cada membro da rede como dependente das atividades dos demais membros, sejam estes humanos ou não.

O que marca a teoria do Ator-Rede é a abertura para uma dimensão complexa que coloca cada membro da rede como dependente das atividades dos demais membros, sejam estes humanos ou não. O comunitarismo em rede seria caracterizado pela incerteza, seja de seus membros, seja de suas interações. Do comunitarismo em rede não poderíamos “dizer”, mas apenas “acompanhar e cartografar” seus imprevisíveis dinamismos. Essa dimensão de incerteza do social marca a emergência de um novo tipo de complexidade

que nos obriga a uma ruptura epistêmica que muda a nossa forma de abordar as dimensões do social. Nesta nova perspectiva, em lugar de definir, deveríamos preferir não somente observar, mas jamais chegar a padrões que definem estruturas e tipologias, pois numa dimensão reticular não há estabilidade duradoura nem estruturas rígidas. A incerteza marcaria, então, a forma e a dimensão agregativas, oferecendo-nos a dimensão de um conjunto de incertezas, de dúvidas e de indecisões que marcam a atmosfera do nosso convívio em todos os seus âmbitos.

Nessa dimensão de incerteza e de algo não racionalmente definido, encontramos a perspectiva do comunitarismo oferecida pelo sociólogo Michel Maffesoli e que constitui, nesta proposta de síntese, a sexta interpretação sobre o comunitarismo. Nessa, as interações midiáticas contribuem de forma significativa ao desenvolvimento do comunitarismo, não somente para a formação dos processos de construção das identidades e das experiências do lugar,¹ sejam estas coletivas ou individuais, mas também por uma significativa e importante alteração da experiência sensorial: “A experiência tátil passa atualmente [...] através do desenvolvimento tecnológico [...] por meio do qual se desenvolve uma interdependência societária inegável” (MAFFESOLI, 1990).

¹ Se veja a respeito o seguinte texto MEYROWITZ, 1994.

Smartphones, videogames, circuitos digitais de compartilhamento de músicas (MP3) e vídeos, as festas *raves* e as paixões pelos esportes radicais necessitam de explicações centradas em seus dinamismos comunicativos e tecnológicos. Não somente porque tais experiências têm suas próprias origens, em muitos casos, nos próprios *social network*, mas, sobretudo, encontram suas significações e seus principais espaços de compartilhamento da própria experiência nas redes digitais. O advento de formas de socialidade construídas em sinergia com as tecnologias digitais e os dispositivos de conexão marcam o comunitarismo contemporâneo caracterizado, por Maffesoli, pela difusão de formas de apropriação lúdicas e criativas das novas tecnologias:

Todos os microrrituais [...] parecem possuir esta função de desviar a técnica de suas funções meramente instrumentais, para agrupar os indivíduos em volta de uma atividade comum e de uma paixão compartilhada. Podemos, portanto, dizer que o destino da técnica moderna reside na sua apropriação dionisíaca e, portanto, numa re-sacralização e num re-encantamento do mundo. (MAFFESOLI, 1990).

As formas de agregações das tribos metropolitanas – explicadas por Maffesoli como a emergência de uma socialidade de um sentir em comum (“sentir com”), que reúne em um “presentismo experiencial” as práticas das comunidades contemporâneas – encontram nas extensões digitais uma ulterior expansão: “As tecnologias do ciberespaço potencializam a pulsão gregária, agindo como vetores da comunicação e da condissão dos sentimentos e laços comunitários” (LEMOS, 2002). Com a difusão da computação móvel e das formas de conectividades generalizadas (wi-fi, RFID, wi max etc.), o dinamismo dos comunitarismos estendeu-se a dimensões ulteriores, superando as distinções e produzindo hibridações e atribuindo novas formas e significados ao próprio conceito de comum. Por isso achamos necessária uma ulterior explicação que leve em consideração a qualitativa alteração das dinâmicas ecológicas e conectivas das interações próprias do comum digital.

III Além da ação social: o net-ativismo e a qualidade conectiva das ecologias digitais

No âmbito da tradição da teoria sociológica da ação, costumam-se dividir as diversas orientações teóricas, tradicionalmente, em duas linhas imaginárias. A primeira que, partindo da obra de E. Durkheim (2007), chega até o estrutural funcionalismo norte-americano de T. Parsons (2010), interpreta a ação social como circunscrita ao âmbito de normas e vinculantes relações institucionais capazes de limitar e orientar seus impactos e suas geometrias. A segunda linha interpretativa, ao contrário, descreve a ação social como teleológica, resultado da opção racional do sujeito-ator que opta obedecendo a valores e ideais próprios.

Esta última estaria relacionada à obra de M. Weber (1961) e influenciaria boa parte da teoria social da ação, chegando a condicionar o pensamento econômico (teoria do consumidor) e político, tendo seus efeitos no pensamento da teoria do agir de J. Habermas (2012) e em diversos outros autores. Em linhas contrárias a estas duas grandes matrizes, encontra-

mos a tradição minoritária proposta da V. Pareto (1984), que descreve a ação social como o resultado de um agir irracional, nem ideológico-político, nem racional-econômico.

Em época mais recente, M. Callon Law (1992) e B. Latour (2012) desenvolvem uma original e mais complexa representação da ação social, resultante das associações emergentes entre actantes de diversas naturezas, capazes de se agregar e se desagregar em volta de controvérsias. Seguindo a teoria do ator-rede, seria responsabilidade do cartógrafo observar, rastrear e mapear as associações, desvelando a complexidade das dinâmicas das diversas agregações e desagregações que articulam tal particular tipo de social.

—

As culturas ecológicas contemporâneas, as práticas de sustentabilidade, os movimentos de ativismo digital que marcaram a Primavera Árabe e os protestos continuados em todas as latitudes, através de formas de conflitualidade realizadas mediante as interações com *social networks*, são as expressões de um novo tipo de ação social.

—

Toda a ampla e diversificada tradição, cuja complexidade não pode ser sintetizada obviamente em poucas linhas da teoria da ação social nas ciências sociais, incluindo nesta a própria teoria do ator-rede (TAR), funda-se num postulado comum que descreve o agir como uma atividade que acontece em tempo e espacialidades materiais, arquitetônicas e, embora opinativa, como no caso da TAR, numa geografia material e agregativa. Em outras palavras, o social na tradição dos estudos, sejam estes sociológicos ou da teoria do ator-rede, apresenta-se como material e inserido numa ecologia de atores que interagem ou se agregam enquanto entidades materiais e diversas, que dialogam entre si num contexto espaçotemporal concreto e, supostamente enquanto tal, real e composto por entidades em relação.

O processo de digitalização, sobretudo nas suas dimensões mais recentes, *social network*, *internet of things* e *big data*, parece expressar uma dimensão informatizada do agir, não mais material nem apenas relacional ou associativa. A informatização das coisas, das pessoas, do meio ambiente e dos territórios transforma em bits e em informação as diversas entidades, criando uma alteração das naturezas das diversas substâncias e tornando-as conectivas, isto é, portadoras de uma relação não agregativa nem articulada por um agir, mas “transsubstanciativa”.

As culturas ecológicas contemporâneas, as práticas de sustentabilidade, os movimentos de ativismo digital que marcaram a Primavera Árabe e os protestos continuados em todas as latitudes, através de formas de conflitualidade realizadas mediante as interações com *social networks*, são as expressões de um novo tipo de ação social, não mais direcionada ao externo nem apenas resultante de práticas provocadas por um condicionamento informativo ou técnico. Denominamos essas diversas e complexas interações de “net-ativismo”, termo que exprime não somente o conjunto de interações colaborativas que resultam da

sinergia entre atores de diversas naturezas, mas a comum condição digital que antecede e forma pessoas, circuitos informativos, dispositivos, redes sociais digitais e territorialidades informativas, apresentando-se, segundo essa perspectiva, como a constituição de um novo tipo de ecologia (*eko-logos*) não mais opositiva e separatista, mas expandida e portadora de uma substância comum que a torna reticular e conectiva.

O elemento caracterizante desse tipo de interação é que esta acontece em um contexto ecológico informatizado, isto é, digitalizado e conectivo, num processo ecológico complexo e inédito, não apenas social e arquitetônico, mas expandido nos bits e nas redes, configurando-se como uma interação não somente associativa, mas também reticular conectiva. Perante essa importante transformação, torna-se necessário repensar a ideia de ação para além de suas dimensões antropomórficas e subjetivas e de suas explicações sociológicas e agregativas que a limitariam ao âmbito do agir político e associativo.

Dada essa premissa, torna-se fundamental, portanto, buscar uma linguagem idônea a descrever a complexidade das interações que acontecem nas redes digitais, que exprimem uma dimensão reticular conectiva e uma condição habitativa inédita, difícil de ser expressada. Escolhi a forma sintética de pequenas teses para começar a formular uma linguagem que consiga se aproximar do emaranhado “atópico” das interações net-ativistas:

1. As formas de conflitualidade difundidas nos últimos anos em cada região do planeta não são apenas a expressão de um novo tipo de conflitualidade social, mas a consequência de uma profunda alteração da condição habitativa que se caracteriza pela agregação, por meio de diversos tipos de conectividade, de indivíduos, dispositivos de conexão, fluxos de informações, bancos de dados e territorialidades.
2. Essa interação singular é o resultado da difusão em larga escala, de um lado, dos dispositivos móveis de conexão (tablets, smartphones, notebooks etc.) e das formas de conexão wi-fi (banda larga, satélite, RFID² etc.); do outro, da proliferação dos *social networks* e da *internet das coisas*, os quais deram origem a uma particular forma conectiva ecológica, não apenas social, capaz de conectar, em tempo real, pessoas, dispositivos, informações, territórios, dados e todo tipo de superfície. Por último, as materialidades produzidas pelas impressoras 3D, que desenvolvem formas experimentais de ecologias, nem apenas digitais nem apenas materiais.
3. Essa interatividade representa o advento de formas conectivas e ecossistêmicas do habitar que exprimem um tipo particular de interação, o qual associa pessoas, dispositivos, fluxos informativos, bancos de dados e territorialidades em um novo tipo de interação reticular, não mais exprimível a partir da linguagem teórica do social desenvolvido pelas disciplinas positivistas europeias, nem delimitável por meio da tradicional dimensão antropomórfica das relações sociais e política.
4. As características de tais interatividades são determinadas por um novo tipo de ação em rede, não mais expressão da atividade de um único sujeito-ator, nem consequência de um tipo de movimento de um ator em direção ao exterior e ao território.

2 Radio-Frequency Identification.

5. Os diversos membros que intervêm e contribuem para a realização de uma ação nas redes digitais não são, portanto, apenas sujeitos humanos, mas também todos os conjuntos de dispositivos, tecnologias, circuitos, bancos de dados e todo tipo de entidade-ator que “deixam rastro” (LATOURE, 2012).
6. É necessário repensar, pois, a qualidade da ação expressa pelas formas de ativismo em rede, dado que a mesma não expressa apenas o agir de um sujeito (seja esse um indivíduo, grupo ou movimento), mas o resultado imprevisível da conexão dos diversos *actantes* e atores-rede humanos e não humanos (LATOURE, 2012).

A distinção entre ação e ato (no sentido do αἰὼν grego, que ressalta sua dimensão espontânea, impermanente e sua não reprodutibilidade) especifica a qualidade das ações em rede como a emergência de um ato conectivo (DI FELICE, 2013), que interpreta o agir não mais do ponto de vista do sujeito ator, nem do sujeito teleológico.

7. A forma rede nos obriga a repensar as características da qualidade das interações que se disseminam em seu interior e que desenvolvem geometrias não lineares, ou seja, nem frontais – direcionadas ao exterior (de A para B) –, nem inversas, isto é, do exterior para o interior (de B para A). A condição ecossistêmica do habitar em rede nos leva a descartar também a perspectiva dialógica (de A para B e de B para A) enquanto simplificadora do conjunto e da complexa simultaneidade das interações “não direcionais” em rede.

8. Ao mesmo tempo, não podemos descrever as interações digitais apenas como o simples resultado das dinâmicas agregativas e das associações em volta de controvérsias, ou seja, como um ato de conexão a outros “*actantes*” (LATOURE, 2012). A complexidade das interações em redes conectadas apresenta-se, pois, como uma complexidade maior, marcada por uma dimensão informativa que antecede as interações e que estabelece uma particular dimensão conectiva que altera a mesma substância dos membros.

9. A distinção entre ação e ato (no sentido do αἰὼν grego, que ressalta sua dimensão espontânea, impermanente e sua não reprodutibilidade) especifica a qualidade das ações em rede como a emergência de um *ato conectivo* (DI FELICE, 2013), que interpreta o agir não mais do ponto de vista do sujeito ator, nem do sujeito teleológico – consequência de uma estratégia racional humana –, mas a partir da dimensão ecossistêmica e conectiva própria dos contextos reticulares.
10. O ato conectivo configura-se, assim, como a expressão de uma *forma comunicativa do habitar* (DI FELICE, 2009) instável e emergente que restabelece continuamente, por meio da intermitência das práticas conectivas das interações entre diversas substâncias, as características e as dimensões da condição habitativa.
11. Mais que parte da esfera pública e da dimensão opinativa e política, as práticas do net-ativismo são a expressão mais evidente da emergência de uma nova cultura ecológica,

- não mais sujeitocêntrica nem tecnocêntrica, mas portadora de uma ontologia relacional (HEIDEGGER, 1967) e de uma dimensão conectiva específica que altera continuamente forma e significados das diversas realidades conectadas informativamente.
12. Tal ato conectivo se dissemina, portanto, fora do social, ou seja, fora da dimensão antropomórfica urbana e política própria do Ocidente, enquanto portadora de uma ecologia interativa diversa a qual não pode ser explicada apenas por meio de sua dimensão comunicativa – se por comunicação entendermos somente a dimensão midiático-informativa das trocas de informações.
 13. Emerge, assim, uma ecologia interativa composta por um conjunto de ecossistemas interativos e abertos que não pode ser mais pensado como um sistema ou um conjunto holístico coerente, mas como a sucessão intermitente de vários níveis de conexão.
 14. Os *ecossistemas reticulares* (DI FELICE, 2011-2012), por meio da geração de reagrupamentos instáveis e não duradouros, produzem a constante redefinição de cada “actante” (humano e não humano) e de cada substância de sua condição ecológico-interativa por meio do distanciamento de seu nível de equilíbrio originário provocado pelo conjunto das interações conectivas.
 15. A complexidade de tal interação é visível na ecologia das interações dos movimentos net-ativistas. De fato, a grande maioria deles nasceu nas redes e a partir dos *social networks* e, mesmo ganhando formas visíveis nas ruas, preserva a sua dimensão conectiva, transformando continuamente suas estratégias e estruturas, reconfigurando os próprios objetivos, descobrindo novas finalidades e formas agregadoras durante a disseminação de suas ações. Adquirindo forma, ainda, a partir dos dinamismos dos fluxos informativos e do poder heteronômico das conexões, e não de uma anterior e estratégica posição identitário-ideológica.
 16. Ao contrário do agir comunicativo (HABERMAS, 2012), ou da tradição conceptual do agir político (que vai de Aristóteles a Hannah Arendt), o ato conectivo exprime um agir ecológico, nem sujeitocêntrico nem racional, mas experimental, produzido pelas interações ecossistêmicas de um conjunto de atores-rede, os quais, ao entrarem em relação de conectividade, dão vida a um habitar e a uma ecologia comunicativo-conectiva.
 17. Enquanto resultado de interações conectivas entre indivíduos, dispositivos, fluxos informativos, bancos de dados e territorialidades, o net-ativismo exprime uma forma de *conflitualidade pós-política* (DI FELICE; LEMOS, 2014), a qual não habita mais os espaços urbanos ou identitários nacionais das esferas públicas antropomórficas, mas as *atopias* conectivas, próximas às dimensões cosmopolíticas (STENGERS, 2007) interativas.
 18. Assistimos hoje à passagem das dimensões políticas antropocêntricas – organizadas por meio das saturadas formas eleitorais de representação e baseadas na gestão do poder em sua monodimensão público-humana – em direção às práticas de interação atópica (DI FELICE, 2009) que expressam a formação de condições habitativas reticulares e emergentes, as quais, por meio das dimensões de conectividade, des-

locam, dos Estados nacionais e da política, nossa condição habitativa em direção à biosfera e às *metaterritorialidades* (ABRUZZESE, 2006) nem internas nem externas de Gaia (LOVELOCK, 1979).

19. O caráter impermanente e *temporário* (BEY, 2001) do ato conectivo nos leva a definir o net-ativismo como a dimensão de um agir “não institucional” que ganha forma desenvolvendo agregações e redes e que tende, após a desagregação, ao próprio desaparecimento, substituindo, assim, a dimensão política do poder pela dimensão ecossistêmica e interativa própria dos organismos vivos e das formas emergentes de adaptação aos contextos abertos (MORIN, 2011) e interativos.

20. As redes e as interações conectivas marcam a passagem de uma dimensão ecológico-habitativa antropomórfica, urbana, pública e política para uma interativa bioesférica, que exprime a mudança do habitat contemporâneo dos Estados nacionais para Gaia, dos parlamentos para a biosfera, do sujeito para as redes.

Que tipo de comum é este que nos conecta não somente ao que chamamos de meio ambiente e que vemos, mas também à esfera geológica e aos minerais dos quais depende, também, como proposto pela teoria de Gaia, a manutenção do nível de equilíbrio e da temperatura do planeta?

IV A comunhão digital

As dimensões conectivas do imaginário ecológico contemporâneo merecem uma reflexão adequada que aponta muito mais para a alteração da nossa condição habitativa³ que, apenas, para a mudança social ou a alteração tecnológico-informativa. Muito mais que uma sensibilidade ecologista e política, que se mantém sempre numa perspectiva antropocêntrica e ético-organizadora do espaço, da ação e da “natureza”, a mudança no imaginário e nas práticas de interações ecológicas deve ser interpretada como a combinação de dois movimentos integrados. De um

lado, a expansão do processo de digitalização a toda a biodiversidade (internet ecológica) e a consequente difusão de culturas habitativas em rede e de prática de interatividade e, do outro, a emergência de uma cultura ecosófica como expressão de uma nova sensibilidade e de um novo imaginário não mais sujeito-cêntrico, mas enraizado e sensorial (MAFFE-SOLI, 2010). A combinação destas duas transformações, a habitativo-tecnológica e a do imaginário cultural, constitui não apenas um desafio teórico-interpretativo, mas, também, a emergência de uma condição relacional e sensorial inédita. Trata-se, portanto, ao mesmo tempo, do aparecimento de um conjunto de mudanças simultâneas, isto é, tecnológico-habitativas, sensorial-perceptivas, epistêmico-interpretativas e culturais. É nesta perspectiva

³ Em outro âmbito, já aprofundi tal questão a partir da ideia de atopia e de formas comunicativas do habitar. Vejam-se a respeito o artigo e o livro *Paisagens pós-urbanas*.

que as reflexões sobre a ideia de bem comum,⁴ que têm proporcionado nos últimos anos ao pensamento uma perspectiva desafiadora, com o objetivo de traduzir a crise ecológica contemporânea em forma política, não conseguem centrar o alvo. Não se trata apenas de uma alteração interpretativa ou ideológico-representativa, mas de algo qualitativamente mais profundo que interessa, ao mesmo tempo, a diversos âmbitos e não apenas ao contexto da razão, da interpretação e do pensamento. Não somente a forma rede, como nova arquitetura da complexidade, se apossa das dinâmicas das mudanças, mas, conseqüentemente, propõe-se como método procedural de leitura que liga cada mudança às outras, numa forma não ordenada nem linear.

Não constitui um exemplo o particular tipo de transformação provocada pela difusão de tecnologias de conexão, que proporcionaram a inclusão digital da biodiversidade e a criação de uma internet composta por redes de dados (*Big data*) e fluxos informativos de todos os tipos (humanos, inorgânicos, animais, vegetais etc.). Este novo tipo de conectividade, entre todas as diversidades biológicas e inorgânicas, é expressão de um novo tipo de *internet ecológica* que não é apenas a junção das distintas redes, a humana (redes sociais digitais), a das coisas (*internet of things*), as dos dados (web semântica; *Big data*) e as das biodiversidades (GIS; geolocalização etc.), mas sim um ecossistema de rede de redes que interliga e conecta tudo. Que tipo de comum é esse que não nos torna mais próximos enquanto cidadãos, humanos e racionais, mas como coabitantes da biosfera e conectados a todos os outros seres vivos, plantas, animais, águas? Que tipo de comum é este que nos conecta não somente ao que chamamos de meio ambiente e que vemos, mas também à esfera geológica e aos minerais dos quais depende, também, como proposto pela teoria de Gaia,⁵ a manutenção do nível de equilíbrio e da temperatura do planeta?

Procurando algumas pistas de interpretação, encontramos aquela que passa pelo “reencantamento do mundo” proposta por Maffesoli (2007), apresentada como um “misto de comunhão (com a natureza e com os outros), de experiência partilhada e de emoções coletivas e pouco gregárias” e como um *ethos* do cotidiano que não mais se funda sobre a dialética natureza-cultura, mas se afirma sobre a coincidência das coisas e das pessoas, do orgânico e do inorgânico.

[...] Todos os elementos díspares se mantêm unidos; donde a metáfora da barroquização de mundo que propus [...] [em que] os elementos do dado social não deixam de constituir uma organicidade sólida. A eflorescência das imagens é, ao mesmo tempo, causa e efeito dessa organicidade: elas são diversas, múltiplas, mas entram em correspondência, em ressonância umas com as outras, criam uma unicidade, uma coesão que banha a vida e as representações de cada um. (MAFFESOLI, 2007).

Nessa vitalidade do cotidiano, caracterizada pela estética de um sentir-junto imaginal, surge uma nova forma de laço social que funda uma comunidade não mais a partir dos

4 Faz-se referência aqui a um conjunto heterogêneo de autores que, com qualidades e abordagem distintas, abordam a ideia de bem comum, entre os quais: HARDT; 2013; AGAMBEN, 2001; e FELBER, 2011.

5 Faz-se aqui referência à teoria de LOVELOCK, 2007.

indivíduos e de suas sociabilidades, mas a partir de um ambiente, ou, se quisermos, de um ecossistema. Dessa perspectiva resultariam improficuos tanto os discursos ecológicos ainda ligados a uma lógica moderno-separacionista que tende a isolar a natureza em redutos de conservação, mantendo-a à distância do elemento humano e da sua redução à matéria/recurso, como a ideia política do comum como comunidade de humanos. Ao contrário, para além das traduções sobre a ideia de comunidade, abre-se a possibilidade de repensar a ideia de comunhão como um caminho interpretativo que dá ênfase não aos aspectos agregativos e sociais mas, a partir da condição digital comum de tudo o que está conectado, à

Para além das traduções sobre a ideia de comunidade, abre-se a possibilidade de repensar a ideia de comunhão como um caminho interpretativo que dá ênfase não aos aspectos agregativos e sociais mas, a partir da condição digital comum de tudo o que está conectado, à sua dimensão de ser o que é já.

sua dimensão de ser o que é já. A sua realização não está no projeto, nem no movimento ou na ação, mas na sua essencial estase e imobilidade. Para além da dimensão contratualista ou voluntarista própria da comunidade, a ideia de comum digital remete à uma condição anterior à sociedade, como sublinhado por G. Tarde, e a torna mais próxima de uma origem que de uma meta. Assim como em santo Agostinho, a comunidade é constituída na criação, isto é, na origem, e não nos processos históricos e sociais, como a digitalização e a conexão informatizada, ou seja, a elevação a código informativo de tudo que é realiza uma “transubstanciação”⁶ que conecta e torna comum qualquer tipo de substância, alterando-a. Mais que à nossa vontade agregativa, seja esta ecológica ou política, é devido à consequência desse processo de alteração de estatuto de natureza, realizado pelo processo de digitalização, o acontecimento de um habitar comum. Este último não é apenas o resultado de uma agregação comum digital, mas mais a expressão de um “*Dasein*” (HEIDEGGER, 1967) que se manifesta como uma condição habitativa que já é e que,

portanto, não pode ser realizada. É nesta direção que podemos liberalmente interpretar a perspectiva do habitar de M. Heidegger como um “*ter cuidado*” numa perspectiva não antropomórfica nem antropocêntrica e que se abre a uma *ambience* comum maior, isto é, “ao céu”, “à terra”, “aos divinos” e “aos mortais”. Na perspectiva heideggeriana, de fato, o *Dasein* é sempre um ser no mundo e um “co-mundo” e um “*Co-dasein*”⁷ dando à existência o significado sempre de uma coexistência, para além, obviamente, do significado de uma intersubjetividade ou de uma interdependência social, mas própria de um particular tipo de condição que não prevê alteridade nem externalidade.

6 O conceito de transubstanciação é utilizado na tradição cristã católica para indicar a mudança das espécies do pão e vinho em corpo e sangue de Cristo que se realiza durante o rito da consagração.

7 Os termos co-mundo e co-ser são tomados do ótimo texto de ESPOSITO, 2012.

Isto significa para Heidegger partir não do eu ou do não eu, mas do “com”: que nós somos junto com os outros mas não como pontos que se agregam, e nem como o modo de um conjunto subdividido, mas naquele de ser desde sempre um-com-os outros e um-dos-outros. (ESPOSITO, 2012).

Isso dá ao termo “um-com” não o significado de humano ou de humanidade, mas de um “com-ser” (*Mitsein*) de um “com-estar aí” (*Mitdasein*) e de um “co-mundo” (*Mitwelt*). (ESPOSITO, 2012). Mais que uma comunidade de pessoas, tecnologias e informações, o comum digital apresenta-se, nesta perspectiva, como um “co-mundo” nem agregativo, nem associativo mas transespecífico, isto é, como uma alteração do estatuto de natureza e como um comunhão mais que planetária que hoje supera a dimensão de Gaia e alcança as dimensões das estrelas e das diversas partes do nosso universo também digitalmente conectadas.

Referências bibliográficas

- ABRUZZESE, A. **Immaginari postdemocratici**. Nuovi media, cybercultura e forme di potere. Roma: Franco Angeli, 2006.
- AGAMBEN, G. **La comunità che viene**. Torino: Bollati Boringhieri, 2001.
- BARABÁSI, Albert-László. **Linked: The New Science of Networks** Linked: The New Science of Networks. s. l.: Perseus Books, 2002.
- BATESON, G. **Steps to an Ecology of Mind**: Collected Essays in Antropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology. London: Jason Aronson, 1987.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BEY, H. **TAZ: Zona Autônoma Temporária, anarquismo ontológico e terrorismo poético**. São Paulo: Conrad, 2001.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- DI FELICE, M. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: DI FELICE, M. (org.) **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.
- DI FELICE, M. **Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. São Paulo: Annablume, 2009.
- DI FELICE, M. Redes Sociais Digitais: Epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. **Revista de Comunicação e Linguagens – Analítica dos Novos Media**, Lisboa, Relógio D'Água Editores, n. 43-44, 2011-2012.
- DI FELICE, M. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **Revista MATRIZES**, São Paulo, ano 7, n. 2, jul./dez., 2013.

- DI FELICE, M.; CUTOLO, J.; YANAZE, L. **Redes Digitais e Sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2012.
- DI FELICE, M.; PIREDDU, M. **Pós-humanismo**: As relações entre o homem e a técnica na época das redes. São Paulo: Difusão Editora, 2010.
- DI FELICE, M.; LEMOS, R. **A vida em rede**. Campinas: Papirus 7 Mares, 2014.
- DONALDSON, R. D. (org.) **Sacred Unity**: Further Steps to an Ecology of Mind. New York: Harper Collins, 1991.
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ESPOSITO, R. **Communitas, origine e destino della comunità**. Torino: Einaudi, 2012.
- FELBER, C. **L'Economie citoyenne** – ou quand l'intérêt général s'invite dans le bilan des entreprises. S. l.: Actes Sud, 2011.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, p. 1360-80, 1973.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Comune**. Oltre il privato e il pubblico. Milano: Rizzoli Editore, 2013.
- HEIDEGGER, M. **Sobre o humanismo**. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- HEIDEGGER, M. **Essere e Tempo**. Milão: Longanesi, 2005.
- LATOUCHE, S. **Come Sopravvivere allo Sviluppo**. Dalla Decolonizzazione dell'Immaginario Economico alla Costruzione di una Società Alternativa, Turim: Bollati Boringhieri, 2005.
- LATOUR, B., **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34. (1994).
- LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.
- LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 4, 1992.
- LEMOS, A. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulinas, 2002.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1993.
- LOVELOCK, J. **Gaia**: A New look at Life on Earth. New York: Oxford, 1979.
- LOVELOCK, J. E. **Gaia**: cura para um planeta doente. São Paulo: Cultrix, 2006.
- LOVELOCK, J. **La Revanche de Gaïa**. Paris: Nouvelle bibliothèque scientifique, 2007.

- MAFFESOLI, M. **Au creux des apparences**. Pour une éthique de l'esthétique. Paris: Plon, 1990.
- MAFFESOLI, M. **A Contemplação do Mundo**, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MAFFESOLI, M. **Le réenchantement du monde**. Une éthique pour notre temps. Paris: La Table Ronde, 2007.
- MAFFESOLI, M. **Matrimonium**: petit traité d'écophilosophie. Paris: CNRS Edition, 2010.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1971.
- MEYROWITZ, J. **No sense of place**. The Impact of Electronic Media on Social Behaviour. S. l.: Oxford University Press, 1994.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulinas, 2011.
- PARETO, V. **Manual de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os Economistas, 2 v.)
- PARSONS, T. **A estrutura da ação social**: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Vol I. Marshall, Pareto, Durkheim. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PERNIOLA, M. **Transiti**. Roma: Biblioteca Cappelli Edizioni, 1995.
- RAINIE, Lee; WELLLMAN, Barry. **Networked** – il nuovo sistema operativo sociale. Milano: Guerini Scientifica, 2012.
- SERRES, M. **O Contrato Natural**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- STENGERS, I. **Cosmopolitiche**. Roma: Sossella, 2007.
- TURKLE, S. **Alone together**. S. l.: Basic Books, 2011.
- WEBER, M. **Economia e società**. Milano: Edizioni di Comunità, 1961.

Data de recebimento: 24/03/2020

Data de aceite: 06/04/2020

Dados do autor:

Massimo Di Felice

<http://lattes.cnpq.br/9759944648465918>

Pós-doutor em Sociologia pela Universidade Paris Descartes V, Sorbonne (2012); doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2001) e graduado em Sociologia pela Università degli Studi La Sapienza (1993). É professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP) e fundador do Centro de Pesquisa Internacional ATOPOS, diretor científico do Instituto Toposofia de Roma, cofundador do observatório internacional sobre redes digitais e sustentabilidade Sostenibilia, da Un. La Sapienza di Roma.

Mídia e lutas por reconhecimento

Rousiley C. M. Maia

A construção da identidade e os conflitos relacionados com o reconhecimento social, os litígios na esfera pública para a reivindicação de direitos de indivíduos e grupos, a mobilização e a aprendizagem social em seu sentido amplo e, finalmente, os processos de institucionalização e governança não podem ser totalmente explicados sem que o papel dos media nessas dinâmicas seja levado a sério. A obra de Rousiley C. Maia explora esse complexo ambiente, dando ênfase a algumas interfaces entre determinados tipos de media e as lutas por reconhecimento.

416 páginas



paulus.com.br/loja
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br

  
@editorapaulus


PAULUS